

Sunab começa hoje

6

卷之三

ofensiva nas escolas

Adilson Gonçalez, essa decisão se deve às inúmeras denúncias de abusos cometidos pelas escolas. A operação será mais intensa em Brasília e em São Paulo, onde foram registrados maiores números de denúncias. Ele disse também que todas as denúncias serão apuradas e que haverá mais rigor nas fiscalizações por amostragem.

Além do mais, a multa cresce com a reincidência. Ou seja, uma escola estaria reincidindo na infração a cada carnê.

justes. A partir daí, no entanto, vale a variação de custos mais 10 por cento.

As escolas, porém, não podem calcular seus custos aleatoriamente. A mesma lei que lhes deu a liberdade vigiada estabelece que elas devem manter guardados documentos que comprovem a variação de custos, à disposição da fiscalização. Segundo explicou Cláudio Adilso à época da vigore de abusos devem solicitar, de preferência através das Associações de Pais e Mestres (APMs), o acesso a esses documentos.

Além do mais, as escolas precisam protocolar uma planilha de

monstrativa de custos junto à Sunab e ao Conselho de Educação antes de praticar o reajuste. "Essa planilha é como uma declaração de Imposto de Renda", explicou ele. Portanto, essas são sujeitas à fiscalização e dados falsificados são puníveis.

Educação do DF, e a Sunab, os três órgãos se reuniram e elaboraram um requerimento, que os pais assinam, indicando o nome da escola de nunciada. Os requerimentos assinados no Procon são enviados ao final do dia para o Conselho de Educação para verificação da planilha da escola. C

escola está praticando uma margem de lucro superior a 10 por cento — te-
to máximo permitido pelo decreto
95.921 — a escola estará sujeita a
multas que variam de 500 a 200 mil
BTNs e até mesmo a interdição.

“Em média estamos recebendo setenta reclamações por dia”, informou Gregório. Porém nem todas são formalizadas. Até ontem havia 19 processos instalados no Conselho de Educação contra as seguintes escolas: São Francisco, Inel, Maria Auxiliadora, Leonardo da Vinci, Santo Antônio, Marista, Pio XII, Pedacinho do Céu, Centro de Educação Universal, Casinha Feliz, Madre

Universal, Casimira Feijó, Madre Carmen Salles, O Colibri, Minas Gerais, Nossa Senhora do Rosário e Colégio Santa Dorothéa.

Muitos pais reclamaram contra os preços cobrados pelas escolas para os cursos pré-escolares. Como restam dúvidas se estes cursos estão incluídos entre os livres, como os de dança e música, a Câmara de Legislação e Normas do Conselho de Educação julgará a questão na próxima segunda-feira.

var convênio assinado com a Sunab em 1986, quando vigorou o Plano Cruzado. Através do convênio, funcionários do Procon são credenciados a fiscalizar as escolas em nome da Sunab, podendo lavrar multas encaminhadas em seguida à Superintendência Nacional de Abastecimento. O diretor-executivo do Procon, Melchiades do Espírito Santo Ferreira, explicou que três funcionários do órgão continuam creden-

idéia é aumentar o cre-

Segundo várias denúncias encaminhadas ao Ministério da Fazenda, a maioria dos estabelecimentos de ensino, principalmente de Brasília e São Paulo, não está cumprindo as regras do sistema da liberdade vigiada, autorizado pela portaria 140 do Ministério da Fazenda, expedida há menos de um mês. Conforme a portaria, as escolas não poderiam cobrar em junho mais que 30 por cento de aumento, além de não poder exceder a um lucro de 10 por cento.



minar os preços cobrados pelas colas. "O Colégio Pedacinho do onde o meu filho estuda, virou

verdadeiro inferno para o orçamento da minha família. Precisamos de uma solução urgente", questionou um pai.

Como vamos pagar o colégio dos nossos filhos com um preço tão elevado como esse?". desabafou um pai.

Guerra da

da proposta, que progride das mensalidades até que "o Governo moralize a questão". Para que isso não cheque a acontecer, a comissão, contando com o apoio dos parlamentares da bancada do DF, prepara um documento reivindicando a revogação da portaria.

181

do de segurança contra a expulsão de alguns alunos.

REVOGAÇÃO

O conflito na União Pioneira começou em meados do ano passado. Os alunos julgaram-se lesados pelos aumentos aplicados nas mensalidades. Entraram na Justiça com uma liminar pedindo a correção pelos índices estabelecidos pelo Governo. A liminar foi concedida em agosto de 1988, e as cobranças caíram "15 por cento", segundo José Armando Lopes de Souza, diretor jurídico do DCE e formando do curso de Estudos Sociais. Mas no mês seguinte

disputa entre os alunos é direta da UPIS — União Pioneira de Instrução Social —, em torno das insalidades cobradas, ainda não do de segurança contra a expulsão de alguns alunos.

noite um oficial de Justiça esteve na instituição para notificar os diretores da decisão de prorrogar até amanhã o prazo para as matrículas (que seriam encerradas no dia 10). A Justiça também havia determinado que a direção apresentasse na segunda-feira os cálculos das mensalidades, feitos dentro dos limites estabelecidos pela Sunab. Mas a determinação não foi cumprida. Hoje os membros do DCE — Diretório

meçou em meados do ano passado. Os alunos julgaram-se lesados pelo